



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

## **“VOCÊ TEM O DIREITO DE PERMANECER CALADO (A)”: A (IN)VISIBILIDADE DE GÊNERO NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NO SEMIÁRIDO ALAGOANO**

Amanda Monteiro Melo

(Universidade Federal de Sergipe-UFS, [amandamonteiro5@hotmail.com](mailto:amandamonteiro5@hotmail.com))

**Resumo:** “Ideologia de gênero”; “partidarismo” são expressões recorrentes na disputa da arena educacional. O debate envolvendo-as tem como linhas de atuação a atribuição e ocultação de seus significados e intencionalidades, por outro, materializam-se na exclusão e na imposição. O Plano Nacional de Educação (PNE) que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional em dez anos (2014-2024) vetou temas como gênero e sexualidade nas escolas. O que gerou impactos nos planos estaduais e municipais. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar como a categoria gênero é tratada nos Planos Municipais de Educação (PME) do semiárido alagoano. Para cumprir o escopo de pesquisa foi utilizada a plataforma do Governo Federal de acompanhamento do PME, acessados 38 planos educacionais referentes aos municípios que compõem o semiárido de alagoas. A partir da busca de palavras, constatou-se que 15 municípios excluíram a temática gênero; 13 utilizam a categoria, entretanto há uma variação no tipo de abordagem referente a utilização na realidade educacional e 10 proíbem a discussão sobre gênero.

**Palavras-chave:** Planos Municipais de Educação (PME); Semiárido; Gênero

### **Introdução**

Cena 1: 2016, segunda-feira, estou trabalhando idade média, entro na turma do 7º A, tenho minhas duas horas semanais de aulas de forma corrida, entrego aos/as discentes um roteiro de análise, pois irei trabalhar alguns trechos do filme *Joana D’Arc*. Levo-os à biblioteca, lugar também usado para a sala de TV, eles (as) se organizam e começa o filme. Em um dos episódios a personagem é atingida. Ouço uma voz aliviada: “Toma! Bem feito! Quem manda querer mandar nos homens”.

Cena 2: Tarde quente de verão no semiárido de Alagoas, 8º E, faço a chamada, em um dos números/pessoa, os colegas respondem: “Fugiu, professora!”; “Ela vai casar, professora, vai deixar de estudar!”.

Cena 3: Intervalo, estou na sala dos (as) professores (as), algumas professoras e eu reclamamos do assédio que sofremos na cidade, ouvimos: “É assim mesmo, é porque vocês são novas aqui, isso é normal”.

Essas são algumas, das várias cenas do meu cotidiano como professora do semiárido alagoano. As respostas a essas



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Políticas da Cidade

narrativas foram dadas por uma mulher professora, em seu primeiro ano como docente, que acredita e luta por uma sociedade melhor e essa luta perpassa pela desnaturalização dos gêneros e das representações imagéticas sobre o semiárido.

Atualmente, o semiárido brasileiro abrange alguns municípios da região Nordeste e do estado de Minas Gerais, essa delimitação é realizada pelo Grupo de Trabalho Interministerial- GTI, obedecendo a três critérios técnicos: “Precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; índice de Aridez de Thorntwaite igual ou inferior a 0,50; percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano” (BRASIL, 2017). Entrementes, nesta pesquisa o semiárido brasileiro é tratado não apenas como “clima, vegetação, solo, Sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social. Não se pode compreendê-lo de um ângulo só” (MALVEZZI, 2007, p.09). Assim, a definição de semiárido não se limita aos aspectos naturais, inclui processos políticos, econômicos, sociais e culturais.

O estado de Alagoas possui 38 municípios na região semiárida, segundo Brasil (2017). Buscando-se compreender nesta pesquisa como a categoria gênero está presente nos PME (2015-

2025) desses municípios. Demonstrando, assim como Federici (2017), que o tripé religião, estado e propaganda, apesar de não ser recente, remonta ao século XV, ainda é usado na contemporaneidade como mecanismos de modelação de padrões sociais e dos corpos. Bem como na ocultação de sistemas complexos de poder pelas elites do semiárido.

### **Metodologia**

A pesquisa se caracteriza como documental de abordagem qualitativa. Para Gerhardt e Silveira (2009), é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos. Podendo ser agrupados em fontes primárias e secundárias.

Para cumprir o escopo de pesquisa, utilizamos a plataforma do Governo Federal de acompanhamento do PME, com acesso aos 38 planos educacionais referentes aos municípios que compõem o semiárido de Alagoas. Os quais possuem diretrizes, metas e estratégias para a política educacional em dez anos (2015-2025).

A partir do sistema busca de palavras, utilizando o conceito gênero, agrupamos três resultados: municípios que excluem, contém e profêbem.

Em seguida, analisou-se os PME dos 13 municípios que contém o descritor



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
sobre Mulher e Políticas da Caneva

gênero, a partir da análise de conteúdos de três categorias: abordagem; ação e público alvo, sendo mapeado as diferentes formas de abordagem da categoria gênero, as ações previstas para trabalhá-la e a quem se destina.

Foi utilizado também pesquisa bibliográfica em materiais especializados como artigos, dissertações, teses e livros.

### **Resultados e discussões**

A construção e compreensão do Semiárido foi modificada a partir das dimensões temporais, espaciais e intencionais. Segundo Castro (2001), a base dessa construção é a relação ser humano e natureza, que apesar de serem interdependentes, aparecem de forma unificada através da seca, ou até mesmo da segunda se sobrepondo a primeira. Outra perspectiva válida é a utilização da natureza, a princípio “adversa”, como potencial de produtividade através de atividades do turismo ou o *agrobusiness*. Essas construções imagéticas-discursivas tiveram impactos nas políticas de intervenção no semiárido, como também no estabelecimento de relações sociais e identitárias.

Segundo Ferreira (2006, p.98), “as ideias de mestiçagem, raça inferior, determinismo do meio são somados aí a seca e as misérias

decorrentes da estiagem, reforçando a imagem do retirante como um sujeito reprovado moralmente e eticamente diante da sociedade”. Na pesquisa, ainda embrionária, realizada por Verçoza (2016, p.110), os trabalhadores do sertão que se deslocam para zonas canavieiras para trabalharem no corte da cana são vistos pelos outros como “bonzão”, pois tem uma maior produtividade. Os trabalhadores da região local “explicam a produtividade mais elevada dos migrantes a partir da representação do sertanejo como um ‘povo sofrido’, ‘que aguenta a seca e o sol quente’, ‘que deve em seis meses juntar dinheiro para o ano todo’, e que por isso ‘não se importam em morrer’”. Mesmo tratando de temporalidades distintas, um século separa os estudos de Ferreira (2006) e de Verçoza (2016), a percepção imagética do trabalhador sertanejo, coletada nas pesquisas e criticados pelos autores, está intrinsecamente relacionado ao fenômeno da seca, como se houvesse uma determinação do meio na ação dos sertanejos devido às condições que lhe foram postas, retirando do sertanejo sua condição de sujeito ativo no processo histórico.

Compreende-se aqui que os discursos de identidade, por vezes, se apropriam e ressignificam categorias como povo, cultura, lugar. A criação de uma (di) visão



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas da Classe

de Nordeste e de suas disparidades internas para ser validada, precisou ser identificada e reconhecida. Nesse sentido, “as nações são entidades historicamente novas fingindo terem existido durante muito tempo” (HOBSBAWM, 2003, p. 370). O problema dessa homogeneização da diferença em nome do universal, é ocultar embates como as relações de classe, gênero e raça.

Na criação imagética do Nordeste, dessa (di)visão, Albuquerque (2011) demonstra como a mídia foi imprescindível,

O que podemos concluir é que o Nordeste será gestado em práticas que já cartografam lentamente o espaço regional como: 1) *o combate à seca*; 2) *o combate ao messianismo e ao cangaço*; 3) *os conchavos políticos das elites políticas para a manutenção de privilégios* etc. Mas o Nordeste também surge de uma série de práticas discursivas que vão afirmando um sensibilidade e produzindo um conjunto de saberes de marcado caráter regional (ALBUQUERQUE, 2011, p.88)

Ainda segundo o autor, pensar a região é compreendê-la não como homogeneia, nem como uma identidade naturalizada, mas como uma série de enunciados e imagem que se repetem, em diferentes discursos e épocas, com certa regularidade. O Nordeste é uma invenção pela repetição de determinados enunciados. Encontrados em relatos de jornais, na literatura regionalista de 30, em músicas, filmes, teatro e quadros criaram imagens sobre o Nordeste e suas

diferenças internas entre litoral e sertão.

As construções imagéticas sobre o Nordeste e o semiárido, associadas à seca, perpassaram os séculos e regimes políticos, mas não perdeu o seu sentido e incorpora a tecnologia contemporânea a seu favor, sendo incrementado pela evolução dos meios de comunicação, ao exemplo da mídia televisiva, que como novo instrumento de difusão de ideias e discursos, atinge uma parte expressiva da população, principalmente a partir de década de 1980. Segundo Bourdieu (1997, p.18) “com a televisão, estamos diante de um instrumento que, teoricamente, possibilita atingir todo mundo”. Além disso, a televisão pode fazer o que é denominado efeito real, “ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver. Esse poder de evocação tem efeito de mobilização. Ela pode fazer existir ideias ou representações, mas também grupos” (BOURDIEU, 1997, p.18), criando um discurso/imagem em que agentes sociais possam se reconhecer. Assim, a televisão como algo que teria a fundamental função de fazer registros de uma realidade se torna uma criadora de realidades.

A mídia não só faz com que os agentes se reconheçam, mas sejam reconhecidos, tem o poder silencioso de criar símbolos. Ferreira (2002, p. 57), ao trabalhar com o conceito de agendamento, que seria de



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas da Ciência

modo grotesco, o alcance que a mídia pode ter na formação da opinião pública, demonstra que ela pode influenciar na construção da conjuntura social, “a imprensa pode, na maioria das vezes, não dizer as pessoas como pensar, mas tem uma capacidade espantosa de dizer aos seus leitores sobre o que pensar”.

Uma vez que se mostra repetidamente<sup>1</sup> o semiárido sob a ótica dos símbolos visíveis da seca como o séquito de horrores dos flagelados, em um ambiente em que a fauna e flora quase são inanimados, onde apenas as aves de rapinas sabem o que é fartura. Em um cenário de céu limpo, o qual o sol se mostra na sua forma mais imponente, encandeia e embaraça a visão, árvores que aparecem incompletas sem as folhas, suas outras partes tronco e galhos parecem se contorcer diante de tanta luz daquela estrela. O gado aparece magro ou morto; as pessoas esqueléticas que para não morrer de fome compartilhavam do mesmo alimento dos seus animais, comiam a mucunã, macambira, batata de parreira ou

outras vegetações nativas, que, por vezes, não os livravam da constante fome no período da seca, pois a terra nem parece que um dia brotou vida de tão seca. Insistentemente a seca é mostrada como a grande inimiga dos sertanejos. As mulheres, com seus potes na cabeça buscam água a quilômetros de distância, pisando em uma terra seca e rachada para que ao menos possa vencer a sede.

Todas essas construções imagéticas fazem com que outros mecanismos sejam “ocultados, anônimos, invisíveis, através dos quais se exercem as censuras de toda ordem que fazem da televisão um formidável instrumento de manutenção da ordem simbólica” (BOURDIEU, 1997, p.18). O sentido da seca como fatalidade e a miséria como natural é sempre ressaltada. Nesse cenário dramático a fé é um sentimento característico do (a) sertanejo (a), mesmo com todas as dificuldades mostrada, é comemorado do dia padroeiro local. Participam da celebração da missa, e fazem simpatias para chover. A chuva na

<sup>1</sup> COUTINHO, Eduardo. **Retratando a seca da década de 70**. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=vS3UK4xw\\_Ow](https://www.youtube.com/watch?v=vS3UK4xw_Ow). Acesso em: 11 de setembro de 2018.  
DOMINGO ESPETACULAR. Disponível em: <http://rederecord.r7.com/video/sertao-do-nordeste-sofre-com-a-maior-estiagem-dos-ultimos-30-anos-5118122192bb626fab8bc807/>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.  
FANTÁSTICO. **Seca no Nordeste**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bf6gfRUwRQY>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

FANTÁSTICO. **Viúvas da Seca**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PFz1FHffO7w>. Acesso em: 11 de dezembro de 2015.  
PROFISSÃO REPÓRTER. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=podmcbN8gSw>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.  
TV Alagoas SBT Canal 05. **Nordeste tem a pior seca dos últimos 30 anos**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=itm0qSvDhdQ>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
sobre Mulheres e Relações de Classe

festa do padroeiro faz renovar a esperança, atestando a seca como uma fatalidade, a qual só a misericórdia divina que resolveria o problema.

Assim, ao insistir no visível, ocorre de forma paradoxal o que Pierre Bourdieu chama de “ocultar mostrando”, segundo qual “mostrando uma coisa diferente do que seria mostrar caso se fizesse o que é preciso mostrar, mas de tal maneira que não é mostrado ou se torna insignificante, ou construindo de tal maneira que adquire um sentido que não corresponde à realidade” (BOURDIEU, 1997, p.23), ou seja, concentração fundiária no semiárido, exploração da mão de obra, as relações desiguais entre homens e mulheres, entre outras, relações complexas de poder que são ocultados, enquanto se mostra que a seca é natural e principal inimiga dos (as) sertanejos (as).

Essa constância de enunciados que repetem um cenário desolador da seca, segundo Bourdieu (1997) produz homogeneidade, uma espécie de circulação circular da informação, uma constante reincidência do discurso da seca naturalizando seus efeitos e ocultando toda uma estrutura complexa de poder e dominação.

Assim, este trabalho alinha-se ao posicionamento de Federici (2017), para ela, teoricamente não cabe a divisão entre gênero e classe, nesse sentido

o gênero não deveria ser tratado como uma realidade puramente cultural, mas uma especificação das relações de classe.

A autora demonstra que o objetivo do capitalismo é transformar a vida em capacidade de trabalho, dessa maneira o desenvolvimento do capitalismo está necessariamente relacionado ao sexismo e ao racismo. Para justificar essa aparente contradição, mas que fazem parte do capitalismo difamam a “natureza” do explorado, como de mulheres, negros, indígenas.

Federici (2017) demonstra como a caça às bruxas tinha raízes nas transformações sociais que acompanharam o surgimento do capitalismo. E relaciona esse fenômeno ao desenvolvimento contemporâneo de uma nova divisão sexual do trabalho. A autora colocou no centro da análise da acumulação primitiva- um conceito de Marx- a caça às bruxas dos séculos XVI e XVIII, para ela, esse fenômeno tanto na Europa quanto no Novo Mundo, foi tão importante para o desenvolvimento do capitalismo quanto a colonização e a expropriação do campesinato europeu de suas terras. Evidencia alguns fenômenos ausentes na obra de Marx, que são extremamente importantes para a produção capitalista, quais sejam:

- i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; ii) a construção de uma nova ordem



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas da Criança

patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; iii) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores (FEDERICI, 2017, p.26).

Diverge também de Marx, a partir da constatação de que cada fase da globalização capitalista, incluindo a atual, vem acompanhada de um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva. “Contínua expulsão dos camponeses da terra, a guerra e o saque em escala global e a degradação das mulheres são condições necessárias para a existência do capitalismo em qualquer época” (FEDERICI, 2017, p.27). Essa situação vem se confirmando no semiárido através das concentrações de água, terra, riqueza e poderes.

Federici (2017) demonstra que um dos mecanismos de modelação de padrões sociais e dos corpos foi o tripé religião, estado e propaganda, apesar de não ser recente, remonta ao século XV, ainda é usada na contemporaneidade.

Podemos verificar a utilização dessa fórmula com a proibição das temáticas gênero e sexualidade em 13 municípios do semiárido alagoano. Moura (2016) identifica a existência de um projeto reacionário de educação. Seus principais defensores são parlamentares ligados aos segmentos mais

conservadores das religiões cristãs tais como católicos, principalmente da Renovação Carismática Católica, evangélicos de diferentes denominações e mesmo alguns representantes espíritas. Para a autora, esse projeto está pautado em dois vieses. O primeiro seria os movimentos sociais e parlamentares de contenção e o segundo seria os projetos parlamentares e governamentais de imposição. Nesse sentido, o projeto de lei Programa Escola Sem Partido-PESP, enquadra-se no movimento de contenção, e uma das frentes de atuação é o ataque do que chamam de “ideologia de gênero”. Essa expressão e sua definição são criações dos próprios grupos que a condenam, como demonstra Souza (2018). Já González; Moragas e Posa (2017, p.635) aludem que “el discurso de la ‘ideología de género’ fue instalado por grupos anti-derechos con el objetivo de crear pánico social con relación a la perspectiva de género”.

Moura (2016) evidencia a contradição inerente ao PESP, pois nega os fins da educação para uma convivência democrática, que respeite as diversas visões. O direito dos estudantes ao conhecimento do mundo e meios para interpretá-lo. A autora faz ainda mais três ponderações. Duas relacionadas aos direitos individuais de docentes e discentes e a terceira de interesse coletivo e social.



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Alude que os (as) professores (as) têm o direito de livre expressão, garantido no art. 5º, IX, da Constituição Federal de 1988, “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. Diante do cenário que o (a) professor (a) enfrenta cotidianamente, com turmas que ultrapassam o número de 40 alunos que trazem consigo experiências de realidades tão diversas, podemos inferir que é impossível não haver divergências no posicionamento desses estudantes. Quando se trata especificamente dos direitos deles, a autora alude a necessidade do acesso ao conhecimento que possibilite refletir acerca da sua posição no mundo. A última ponderação diz respeito ao interesse social. Uma sociedade que não respeita o outro, as escolhas do outro, é intolerante, se torna potencialmente discriminatória e violenta.

De igual maneira, a Lei nº 9.394/ 96 que estabelece as diretrizes e Bases da educação nacional tem como princípios norteadores o “pluralismo de ideias e concepções pedagógicas”; “princípios de liberdade e ideais de solidariedade humana”; “respeito à liberdade e apreço à tolerância”, o quais estão sendo ameaçados nos seguintes municípios do semiárido alagoano: Arapiraca; Batalha; Carneiros; Estrela de Alagoas; Minador do Negrão; Monteirópolis; Maravilha; Olivença; Piranhas e Santana do

Ipanema. Nos planos municipais dos referidos municípios trazem as seguintes determinações:

Na execução dos preceitos legais do presente diploma legal, e das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação, fica proibida, no âmbito das unidades de rede oficial e da rede particular abrangida por esta lei:

I-A avaliação, elaboração, produção, distribuição e utilização de materiais de referência didático-pedagógico e paradidáticos, com conteúdo que promovam, incentivem, induzam ou determinem a orientação de comportamento e preferências de cunho sexual, afetivo e/ou de gênero.

II – A divulgação, realização e/ou promoção de qualquer material informativo sobre cursos, aulas, calendário, prêmios, exposições, seminários, debates e outros encontros com conteúdo político partidário, ideológico ou que promovam, incentivem, induzam ou determinem a orientação de comportamento e preferências de cunho sexual, afetivo e/ou de gênero.

III – A utilização de sanitários masculinos e femininos por pessoas do sexo oposto, sob qualquer hipótese.

IV – A utilização de codinomes/apelidos/nomes sociais no âmbito das instituições de ensino, decorrentes, de ação ou orientação sexual sem a expressa autorização dos responsáveis legais, mediante assinatura de termo de responsabilidade.

V – A promoção, instigação, indução, orientação ou determinação de qualquer conduta ou comportamento de cunho sexual, afetivo e/ou de gênero, nas atividades didáticas e paradidáticas (BATALHA. Lei Municipal Nº 616, de 23 de junho 2015).

Como é possível perceber, a referida lei fere direitos fundamentais como a liberdade, igualdade e não-discriminação. Além disso, há uma tentativa de imposição do determinismo biológico, o problema



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

fundamental é que os conceitos de sexo e gênero não devem ser tratados como históricos.

Haraway (2004) e Hufton (1998) apontam o ponto de emergência da categoria gênero relacionado ao movimento das mulheres, no contexto de luta pelos direitos civis, em 1960, concordam com a importância do livro de Simone de Beauvoir, *O segundo sexo* (1949)-texto que serviu de base para o movimento das mulheres- no qual todos os significados modernos de gênero se enraízam nas observações: primeiro, as mulheres não tinham história e não podia ser orgulhar de si próprias; segunda, não se nasce mulher, torna-se mulher.

Haraway (2004, p.211) alude que “gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta”. A teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais “homens” e “mulheres” são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo.

As distinções entre os gêneros se tornava uma categoria analítica, da mesma forma que classe e raça são. Proibir essas discussões nas escolas é omitir que história é constituída por diversos sujeitos, é expurgar as diferenças que compõem as fileiras das salas de aula, é

legitimar a violência que são sofridas cotidianamente por crianças, mulheres, gays, lésbicas, trans. E calar diante da naturalização das opressões. Logo, se queremos pensar em uma sociedade com algum grau de equidade, transformar condutas machistas, de opressão, entre tantas outras coisas que o desrespeito ao outro gera, é necessário falar sobre gênero na escola.

Excluir a palavra gênero, como foi feito no PNE, em 2014, e no PME, 15 municípios do semiárido alagoano, em 2015, incorre na mesma problemática da proibição. Souza (2018) conclui que a exclusão dessa categoria dos planos municipais não é uma oposição a uma concepção específica de gênero, mas à própria noção de que ele existe. Reconhecer sua existência é admitir que houve construções sociais na atribuição do ser homem e do ser mulher. Entretanto, “conservadores morais se opõem ao debate para que a sua ideia de0 gênero, disfarçada de natureza e não nomeada enquanto discurso, portanto, com a sua existência social negada, não possa ser alvo de críticas” (SOUZA, 2018, p.279).

Um dos municípios que exclui categoria gênero do PME é um exemplo claro de como a lei, a religião e a



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

propaganda da “ideologia de gênero”<sup>2</sup>, em nome da moral, subverte a importância dessa temática ser tratada na escola.

No plano municipal de Inhapi, nas metas 1, 2 e 3 que trata respectivamente de universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil para crianças de até 3 (três) anos; da universalização do ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e do apoio a universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos. Possuem como estratégia nos três casos, segundo lei nº 49 de 23 de junho 2015, “garantir e promover eventos que fortaleçam a formação da família em suas tradições e origens, zelando os valores éticos, morais e os bons costumes” e “fomentar, garantir e respeitar as crenças e os símbolos religiosos de cada povo”.

Apesar de fugir do escopo de nossa pesquisa, vale mencionar como o uso da “ideologia de gênero” segue padrões não só no Brasil, mas em alguns países da América Latina. O movimento Con Mis Hijos No Te Metas - CMHNTM (“Não se meta com

meus filhos”, em livre tradução do espanhol), segundo Lacaros (2018), teve início no final de 2016, no Peru, a raiz desse movimento foi uma orientação do ministério da educação de fomentar a igualdade de gênero. Entrementes, essa política já estava sendo desenvolvida há uma década, mas não apresentava protestos. A canalização do movimento é com a palavra gênero, pois implica em impor uma “ideología de género”. Além disso, em um livro destinado aos docentes havia uma menção a pluralidade familiar. Para os líderes do movimento, principalmente os religiosos, tratar sobre essas temáticas na educação transformaria as crianças em homossexuais. Na Colômbia o acordo de paz não foi firmado, entre outras coisas, “que el acuerdo tenía contenidos de ideología de género” (GONZÁLEZ; MORAGAS; POSA, 2017, p. 635). No Paraguai,

El más preocupante retroceso es el que tiene que ver con la Resolución N° 29.664 del Ministerio de Educación y Ciencias (MEC), “por la cual se prohíbe la difusión y la utilización de materiales impresos como digitales, referentes a la teoría y/o ideología de género en instituciones educativas dependientes del Ministerio de Educación y Ciencias”, aprobado el 5 de octubre pasado por el ministro Enrique Riera. Esta resolución fue aprobada el mismo día de la audiencia pública convocada por la Diputada

<sup>2</sup> Câmara Municipal de Inhapi aprova Plano Municipal de Educação com rejeição a inclusão da discussão sobre ideologia de gênero nas escolas do município. Disponível em:

<http://www.centraldosertao.com.br/2015/06/camara-municipal-de-inhapi-aprova-plano.html>. Acesso em: 10 de setembro de 2018



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Olga Ferreira de López, donde el ministro afirmó que “quemaría libros en la plaza” si contienen “ideología de género” (GONZÁLEZ; MORAGAS; POSA, 2017, p. 633).

O tridente formado pela igreja, estado através da institucionalização e da propaganda, usado desde o medievo, continua sendo arma nas determinações de padrões e assim segue ferindo a existência de diversos grupos sociais. Entrementes, como as bruxas, estudadas por Federici (2017), foram símbolos de luta e resistência, o seu legado vive na contemporaneidade.

Por outro lado, 13 municípios trazem nos seus planos a categoria gênero, a partir da leitura podemos identificar quatro formas de abordagem, podendo ser observado na tabela a seguir:

Gênero	Quantidade de municípios
Inclusão na diversidade cultural	05
Identidade	04
Relação e Identidade	03
Relação	01

Fonte: Elaboração da autora a partir da análise dos PME do Semiárido de Alagoas.

Em todas as variáveis presente nos planos é possível perceber que a compreensão e a inserção do gênero desabilitam a sua naturalização, ao que Bento (2008) chama de normas de gênero, as quais obedecem à seguinte lógica: vagina–mulher–feminilidade versus pênis–homem–masculinidade. Essas idealizações geram hierarquia e exclusão.

Apesar do gênero ser também uma construção cultural e

identitária, ele não se limita esses aspectos. Assim, é preciso procurar e criar mecanismos de fuga, se fazendo necessária articulações nas lutas por igualdade econômica, de gênero e racial o que possibilita o fortalecimento mútuo.

Nesse sentido, foi feito o levantamento das ações e do público alvo para se trabalhar com a categoria gênero nos municípios pesquisados.

Ações	Quantidade de municípios
Formação continuada	05
Não específica	04
Apoiar prêmios de práticas e iniciativas, campanhas e outros eventos	03
Políticas e atitudes didático pedagógicas;	03
Propostas curriculares	03
Políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou discriminação;	01
Fortalecendo parcerias entre organismos públicos, não governamentais e com os movimentos sociais;	01
Palestras e oficinas	01

Fonte: Elaboração da autora a partir da análise dos PME do Semiárido de Alagoas.

Como é possível verificar, há uma diversidade de possíveis ações, porém quase 1/3 dos municípios citam a categoria gênero, mas não apontam mecanismos ou ações para trabalhá-la. A formação continuada é um ponto que deve ser levado em considerações, pois a abordagem



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

qualitativa só será possível através do acesso a uma formação adequada.

Dessa maneira, Bento (2008) aponta que a escola, fundamentalmente, reproduz padrões hegemônicos, revertidos na incapacidade de lidar com a diferença, que se materializa também na delimitação do banheiro entre masculino e feminino, pode colocar em pauta a transgressão da “engenharia social” produtoras de feminilidades associada a vagina e masculinidades alinhada ao pênis. Para a autora, é necessário ampliar o olhar e verificar de que forma a sociedade produz essas verdades, questionar o porquê de alguns comportamentos de gêneros devem ser reproduzidos, enquanto outros devem ser ocultados, invisibilizados, tratados como patologias, destruídos e apagados. Mesmo a escola constituído um importante lugar para tais questionamentos, eles devem ultrapassar os seus muros. Além disso, o recorte de gênero pode ser uma categoria de análise quando se trata de averiguar os indicadores de “sucesso” e “fracasso” educacional, como constatou o município de Olho d’água das Flores, o único a apontar como ação, políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou discriminação.

Quando analisamos o público que se direciona essas ações, foi possível constatar as indeterminações, por um lado, e por outro, que o (a) discente não é o alvo principal

<b>Público</b>	<b>Quantidade de municípios</b>
Não especifica	07
Professores	04
Familiares dos estudantes/comunidade	02
Secretaria Municipal de Educação/Profissionais da educação	02
Alunos	01

Fonte: Elaboração da autora a partir da análise dos PME do Semiárido de Alagoas.

### Considerações finais

Podemos verificar que o tripé formado pela igreja, estado através da institucionalização e da propaganda, usado desde o medievo, continua sendo arma nas determinações de padrões e assim segue ferindo a existência de diversos grupos sociais. Bem como na produção de homogeneidade sobre o semiárido, naturalizando as contradições sociais presente nessa região, ocultando toda uma estrutura complexa de poder e dominação.

Assim, um caminho para superar o estereótipo do que é ser mulher, do que é ser homem no semiárido deve ser a discussão constante. Na instituição escolar, é fazer emergir o debate, dar visibilidade possibilita aos sujeitos lidarem com as diferenças, de maneira crítica consciente. Demonstrar a construção temporal de determinado conceito, problematizar os valores e normas. Nesse sentido, o planejamento curricular não teria como foco reafirmar a diversidade de valores,



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Relações de Gênero

crenças e identidades, e sim problematizar o modo como os conceitos são produzidos socialmente. A construção dos saberes, das relações de gênero sugere problematização, por isso é necessário questionar a produção de determinado saber e quais são seus impactos nas práticas sociais ao legitimarem ações, pensamentos conteúdo como únicos possíveis é omitir que história é constituída por diversos sujeitos, é expurgar as diferenças que compõem as fileiras das salas de aula, é legitimar a violência que são sofridas cotidianamente por crianças, mulheres, gays, lésbicas, trans. E calar diante da naturalização das opressões. Logo, se queremos pensar em uma sociedade com algum grau de equidade, transformar condutas machistas, de opressão, entre tantas outras coisas que o desrespeito ao outro gera, é necessário falar sobre gênero na escola.

### Referências

- ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras Artes**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BATALHA. Lei Municipal Nº 616, de 23 de junho 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação de Batalha e dá outras providências. Alagoas, 29 de Junho de 2015. Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas, ANO II | Nº 0083.
- BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 20 de setembro de 2018.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 20 de setembro de 2018.
- BRASIL. Resolução nº 107/2017. Estabelece critérios técnicos e científicos para delimitação do Semiárido Brasileiro e procedimentos para revisão de sua abrangência. Recife, 2017.
- CASTRO, I. E. . **Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste**. In: Rozendahl, Z.; Corrêa, R. L. (Org.). Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 1.ed. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERREIRA, Arnaldo Jorge Maia. **Água, comunicação e poder: A seca: um produto da dominação política e econômica no Nordeste**. Maceió: Edufal, 2002.
- FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos: Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas**. (Ceará, anos 1950). Salvador: UFBA, 2016. (Tese)
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA Denise Tolfo(org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

GONZÁLEZ, Miryan; MORAGAS, Mirta; POSA, Rosa. **La igualdad de género en el Estado paraguayo:** Los peligros ante la oleada anti-derechos Estado laico. en: Codehupy (2017) Yvypóra Derécho Paraguáipe – Derechos Humanos en Paraguay 2017. Asunción: Codehupy, pp 631-635. Disponível em: [http://codehupy.org.py/wp-content/uploads/2017/12/DDHH-2017\\_Web.pdf](http://codehupy.org.py/wp-content/uploads/2017/12/DDHH-2017_Web.pdf). Acesso em: 08 de novembro de 2018.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu** (22) 2004: pp.201-246.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUFTON, Olwen. **Mulheres/Homens: uma Questão Subversiva.** In: BOUTIER, Jean; DOMINIQUE, Julia (org.). **Passados recompostos:** campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998.

INHAPI. Lei nº 49 de 23 de junho 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação de Inhapi e dá outras providências.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido uma visão holística.** Brasília: confea, 2007.

MOURA, Fernanda Pereira de. “**Escola sem partido**”: relações entre estado, educação e religião e os impactos no ensino de história. Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SOUZA, Willian Eduardo Righini. Em nome da moral e dos bons costumes: censura a livros com temática de gênero no Brasil do século XXI. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 267-295, jan./abr. 2018.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de. **Os saltos do “canguru” nos**

**canaviais alagoanos.** Um estudo sobre trabalho e saúde. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos-UFSCar, 2016. Tese (Doutorado).